

DIVULGAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA PRODEMGE TERMINA EM PRISÃO

Quem frequenta as dependências abertas da Cidade Administrativa deve imaginar que toda a área da cidade é pública. Diariamente podemos perceber pessoas fazendo caminhada e realizando outras atividades como se estivessem numa praça pública. Assembleias várias já foram realizadas, panfle-

tagens comerciais e sindicais, bem como uma série de outras coisas que se faz na rua. Esta era a realidade. Era, até ontem pela manhã.

Na manhã de ontem, dia 21/10, o dirigente sindical Pedro Paulo de Abreu, foi preso na Cidade Administrativa porque ajudava o Sindados a divulgar a realiza-

ção de uma audiência pública na ALMG – Assembleia Legislativa a ser realizada amanhã, dia 23/10. Pedro Paulo, mais conhecido como Pepê, é o atual Secretário Geral do Sintect – Sindicato dos Trabalhadores nos Correios e fazia o trabalho de forma voluntária e solidária ao Sindados.

A entrega do informativo ocorria nos pontos de ônibus, fora da área construída da Cidade Administrativa

O dirigente foi abordado por policiais militares sendo intimado a interromper a distribuição do informativo sindical. O dirigente alegou em sua defesa que estava exercendo seu direito constitucional, bem como estar ele em uma área pública. Ficou claro que o policial cumpria ordens e acabou por dar voz de prisão ao sindicalista que por seu lado tentou cumprir com seu papel de divulgar a realização de um evento público e de interesse público.

Após realizar exame de corpo delito, uma formalidade, uma vez que não houve nenhuma violência por parte do policial, o dirigente sindical foi conduzido à delegacia para prestar depoimento, sendo liberado no início da tarde de ontem.

Resta agora ao Governo do Estado, explicar como as entidades sindicais poderão exercer seu papel constitucional, sem poder comunicar-se com seus representados.

AUDIÊNCIA PÚBLICA COLOCA EM XEQUE A ATUAL DIREÇÃO DA PRODEMGE

Novamente, a atual presidente da Prodemge, passa por constrangimento público e tem sua gestão questionada. Na primeira vez, durante sua passagem pela MGI Participações, o jornal a Folha de São Paulo denunciou a venda de créditos através da empresa junto ao Banco Open em leilão privado, por R\$ 1,7 milhão, um pouco antes da liquidação deste banco. Sete

meses depois, a Justiça do Rio de Janeiro pagou R\$ 12,4 milhões por esses créditos, valor 7 vezes maior. Até hoje a denúncia permanece em alguma gaveta esperando para ser apurada.

Amanhã, dia 23/10, às 14:30h, será realizada uma audiência pública onde serão apresentadas uma série de arbitrariedades cometidas pela atual direção da Prodemge.

OBJETIVOS DA AUDIÊNCIA:

- 1 - Descumprimento de acordo coletivo de trabalho;
- 2 - Introdução de nova jornada de trabalho sem acordo coletivo;
- 3 - Ambiente inadequado para o trabalho;
- 4 - Descumprimento de ações na Justiça do Trabalho;
- 5 - Déficit do Plano de Previdência Complementar dos Trabalhadores;
- 6 - Desestruturação do Plano de Cargos e Salários da Companhia.

Naturalmente que a lista de irregularidades é bem maior, e o Sindados-MG irá preparar para demonstrar que a atual direção da Prodemge pratica uma gestão perversa contra seus trabalhadores e joga dinheiro público fora. A audiência pública será mais uma tentativa do sindicato para sensibilizar o Governo do Estado a determinar a abertura de negociações de verdade. Precisamos acabar com o faz de conta que tem sido por exemplo as negociações relacionadas com as alterações do plano de previdência.

Eleições Libertas: Grupo Participação garante o direito de votar e ser votado

Após denúncias do Grupo Participação, a Previc – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, determinou que a Fundação Libertas altere seu estatuto de forma a garantir que todos os participantes e assistidos tenham seu direito de votar e ser votado garantido para todos os cargos. No estatuto atual, este direito está garantido apenas para votar em um cargo de conselheiro do Conselho Fiscal.

No total, são três titulares e três suplentes, os conselheiros eleitos ao Conselho Deliberativo – CODE e dois titulares e dois suplentes ao Conselho Fiscal – COFI.

No último dia 11 de setembro, a autarquia federal responsável pela fiscalização dos fundos de pensão, deu prazo até o dia 05 de dezembro deste ano para que a fundação fizesse as adequações estatutárias necessárias.

Com esta determinação, os trabalhadores da ativa e aposentados da Prodemge que antes eram impedidos de escolherem seus representantes no

Conselho Deliberativo da Fundação Libertas, terão a partir da próxima eleição este direito garantido, bem como se candidatarem a quaisquer dos cargos, inclusive para o Conselho Fiscal.

Agora, o Conselho Deliberativo da Fundação precisa elaborar uma proposta de redação para alteração do estatuto, de forma a cumprir a determinação da Previc.

Apesar do CODE ter tomado conhecimento da decisão há pelo duas semanas, o Grupo Participação só ficou sabendo da informação no último dia 18, através do conselheiro eleito Rogério Matos (Copasa), momento em que o órgão já se reunia para fazer as alterações. Não tivemos prazo sequer para apresentar uma proposta de redação.

Falando em conselheiros...

Justiça seja feita, o conselheiro Rogério Matos é o único que se dispõe a manter alguma relação com as entidades representativas dos trabalhadores da ativa e aposentados.

Em assembleia realizada em junho deste ano na Cidade Administrativa, os trabalhadores solicitaram ao Grupo Participação convidar o conselheiro Paulo César Lopes, empregado da Prodemge, para prestar esclarecimentos em relação às decisões que o CODE tomou, principalmente o corte de benefícios do plano de previdência, como o auxílio doença e o pecúlio. Após o conselheiro declinar do convite, o Grupo Participação, enviou então, novo ofício, agora endereçado ao presidente do CODE, sr. Helder Verçosa Morato, indicado pela MGS, solicitando a indicação de outro conselheiro que se dispusesse a representar o órgão estatutário para prestar os esclarecimentos solicitados.

Infelizmente, numa postura incompreensível, o presidente da instância máxima da fundação não foi nada republicano e nem resposta nos deu.

Foi este tipo de comportamento que levou o Grupo Participação a lutar incessantemente pelo direito de participantes e assistidos poderem escolher melhores representantes.

**AUDIÊNCIA PÚBLICA • DIA 23/10 • 14H30
NA ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

